

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 548.639 - SP (2019/0357075-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE** : JACQUELINE DO PRADO VALLES E OUTRO  
**ADVOGADOS** : JACQUELINE DO PRADO VALLES - SP138663  
RAFAEL TIAGO DA SILVA - SP344841  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : CLEITON MIGUEL DA SILVA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de CLEITON MIGUEL DA SILVA, contra ato do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no julgamento da Apelação Criminal n. 0010177-33.2015.8.26.0152.

Extraí-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante em 1º/12/2015 e posteriormente denunciado pela suposta prática de delitos tipificados nos artigos 33 e 35, ambos da Lei n. 11.343/06, e no artigo 2º, *caput*, da Lei n. 12.850/13 (tráfico e associação para o tráfico de entorpecentes e organização criminosa). Referida custódia foi convertida em prisão preventiva.

Em 11/8/2017, sobreveio sentença julgando parcialmente procedente a acusação, absolvendo-o do delito de associação para o tráfico de entorpecentes e condenando-o às penas de 6 anos, 9 meses e 20 dias de reclusão e de pagamento de 680 dias-multa, por incursão no crime de tráfico de entorpecentes, e de 3 anos e 6 meses de reclusão, pelo cometimento do delito de organização criminosa. O regime inicial para cumprimento das duas reprimendas foi estabelecido como fechado, tendo sido negado o recurso em liberdade, mantida, assim, a segregação cautelar.

Irresignada, a defesa interpôs apelação perante o Tribunal de origem, a qual pende de julgamento.

No presente *mandamus*, aduz excesso de prazo para a formação da culpa, porquanto a custódia cautelar perdura por aproximadamente 4 anos e, interposta a apelação em 14/8/2017, inexistente previsão para a apreciação do recurso.

Assevera que os autos já retornaram por duas vezes ao Juízo de piso para

# Superior Tribunal de Justiça

cumprimento de diligências requeridas pelo Ministério Público, sem que exista estimativa para sua inclusão em pauta.

Pugna, assim, em liminar e no mérito, pela revogação da prisão preventiva, a fim de que o paciente possa aguardar o julgamento da apelação em liberdade.

É o relatório.

Decido.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar**.

Oficie-se à autoridade coatora a fim de solicitar-lhe as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator